



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 6/2012

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO
DE 2012: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e doze, nesta Vila de Mira, no salão nobre, do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, presidida pelo Exmo. Senhor Fernando de Jesus Regateiro, coadjuvado pelo Exmo. Senhor Calisto de Oliveira Coquim e pela Exma. Senhora Sara Raquel Santos Fresco, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.-----

-----Estiveram igualmente presentes, os seguintes membros da Assembleia:-----

-----Sr. Manuel José Sousa Santos Frade, Sr. Carlos Manuel Brites Monteiro, Sra. Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Sr. Paulo Jorge Santos Grego, Sr. José Carlos Batista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Sra. Maria da Conceição Oliveira, Sra. Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes Costa, Sra. Zélia Domingues Morais, Sr. José Manuel Fernandes Balugas, Sra. Maria Fernanda Costa Batista, Sra. Ana Maria Barreto Dias, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Miranda Pinho.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão os seguintes membros:-----

-----Sr. Juan António Apolinário, Sr. João Maria Nogueira.-----

-----**HORA DE ABERTURA:** Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, declarou aberta a sessão, tendo desejado as boas vindas a todos os presentes. Justificou a ausência na sessão do Sr. João Nogueira, por motivos de falecimento de familiar.-----

----- Deu a uma curta explicação relativa ao estipulado pelo OE de 2012 e OE de 2013 que determinam a aplicação da redução remuneratória às senhas de presença, pagas aos membros da Assembleia. Mais, esclareceu que havia dúvidas quanto ao modo como tal se processava pelo que, por prudência, ficariam por liquidar as senhas referentes às duas últimas sessões. Assim considerou a medida tomada pelo Município de Mira, como correta e adequada, devendo os serviços posteriormente, efectuar o acerto dos montantes. -----

-----**Ricardo Costa (PSD)**, interveio e apresentou um pedido de defesa da honra, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, na sessão de Assembleia, realizada no mês de Novembro, uma vez que não tinha sido autorizado a intervir. -----

-----**O Presidente da Mesa**, esclareceu que aquele momento não era oportuno, remetendo para mais tarde a sua intervenção. -----

-----**José Frade (PSD)**, interveio justificando a ausência temporária na sessão, do Sr. Juan Apolinário, informando que chegaria mais tarde devido a uma avaria na sua viatura.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PERÍODO DE “ ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

-----**O Presidente da Mesa**, solicitou aos presentes que formalizassem as inscrições, para as intervenções no referido período.-----

-----**José Balugas (MAR)**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, fez votos de que tivessem passado um bom natal. Endossou em nome do Grupo Municipal do MAR, votos de pesar ao Sr. João Nogueira, pelo falecimento do familiar próximo.-----

Aproveitou o momento, para fazer referência a uma notícia publicada no *Jornal de Notícias*, congratulando-se com o relançamento de projectos ligados ao programa *Polis* da Ria de Aveiro, o que no seu entender, seria uma mais-valia para o concelho de Mira em geral e para a Lagoa de Mira e Barrinha em especial, em virtude dos mesmos terem estado suspensos, até aquele momento.-----

-----Prosseguindo elogiou a limpeza da pista ciclo pedonal, esclarecendo que naquela altura do ano, a mesma tinha sido efetuada da forma correta.-----

-----De seguida e a pedido de alguns moradores do aldeamento *Miroásis*, fez referência ao estado em que se encontrava a piscina daquele empreendimento, alertou que tratava-se uma obra por concluir, não estava sinalizada, nem estabelecido um perímetro de segurança para os seus habitantes, podendo vir a existir riscos de acidente.-----

-----Continuando colocou a questão das obras de saneamento básico, levadas a cabo no concelho de Mira. Comentou que, por um lado tinham iniciado mal devido às intempéries, por outro e segundo informações de terceiros, as obras foram projetadas ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrário, dado que deveriam ter como ponto de partida a estação elevatória. -----

----- Finalmente perguntou ao Executivo, sobre o ponto da situação da construção da estação elevatória da Praia de Mira..-----

----- **José Frade (PSD)**, no uso da palavra iniciou a sua intervenção começando por cumprimentar todos os presentes em geral e a Sr^a. Vice- Presidente da Câmara Sandra Pereira em especial e, em nome do Grupo Municipal do PSD, desejar-lhe as maiores felicidades e um profícuo mandato naquelas novas funções, uma vez que, ainda não tinha tido oportunidade de o fazer anteriormente.-----

-----De seguida, fez referência à situação das atas da Assembleia Municipal, que ainda não tinham sido aprovadas, alertou que, era urgente a resolução da situação, não querendo correr o risco de se terminar o mandato, estando as mesmas por aprovar. -----

----- Prosseguiu disse ter tido conhecimento, por alguns moradores da sua aldeia, de uma alegada construção de uma estação elevatória de saneamento, sita no parque do Casal S. Tomé ou junto à Igreja. Era uma situação que o preocupava imenso, solicitou explicações sobre a alegada construção.-----

-----De seguida solicitou informação sobre o Tribunal de Mira, aludindo para o facto de, a Assembleia Municipal em sessões anteriores, ter mandatado o Sr. Presidente da Câmara, para liderar todo o processo, quer fosse através da sua presença em reuniões com entidades oficiais, quer fosse em conferências de imprensa (na CIMBM à qual não compareceu, disse), tendo para tal, mandatado o Sr. Vereador Miguel Grego para representar o Executivo, não querendo todavia, efetuar juízos de valor sobre aquela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisão.-----

-----Indagou ainda, sobre o enquadramento das Comunidades Intermunicipais. Afirmou ter conhecimento de que a situação do Município de Mira era incerta, não sendo possível confirmar, se ficaria afecto à CIMBM ou a outra comunidade, aproveitou o ensejo para saber quais os projetos em curso acordados entre o Município de Mira e a CIMBM, frisando que esteve presente numa Assembleia da CIMBM, e não conseguiu saber qual o ponta do situação.-----

-----Finalmente abordou a questão do *Polis*, esclarecendo que “*toda a gente sabe, o Polis foi o que foi*”, houve intervenções e da parte do grupo Municipal do PSD foi efectuada alguma pressão junto da Distrital do PSD, pese embora os resultados esperados, não tivessem sido muito satisfatórios.-----

-----**Zélia Morais (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e quis saber para quando estava previsto o alcatroamento da Rua do Salgueiro e a Rua de Cima, em Carromeu. Mais disse, que tinham aplicado massa asfáltica em todas as ruas daquele lugar, excepto naquelas duas. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e esclareceu os presentes sobre o ponto da situação das atas da Assembleia, as quais se encontravam em atraso. Tratar-se-ia de uma situação de falta de meios humanos e de falta de disponibilidade de se poder dar prioridade às mesmas, tendo para tal consultado a Chefe de Divisão Administrativa do Município de Mira, para esclarecimentos adicionais. Mais disse, que a elaboração de uma ata, era um processo moroso, sendo necessárias despende dezenas de horas, para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a mesma estivesse transcrita na totalidade. Disse ainda que o mais importante naquele momento, era optar pela prioridade na sua elaboração, de modo a que na sessão seguinte de Assembleia, fosse possível obter a ata da sessão anterior.-----

----- **O Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, no âmbito da quadra natalícia que se estava a viver, desejou Boas Festas a todos os presentes e ausentes. Respondendo à questão do Sr. José Balugas, disse que também se congratulou com a notícia do relançamento do programa *Polis* para a ria de Aveiro, uma vez que o mesmo tinha estado suspenso e o Município de Mira, já teria investido muito naquele projeto e com sérios prejuízos. Tendo procedido a uma breve análise ao projecto, pareceu-lhe que não contemplaria o desassoreamento da Barrinha, comentou. Todavia não deixou de manifestar algumas reservas quanto à veracidade da notícia e consequente implementação do aludido projecto, uma vez que e tendo em consideração projectos anteriores, referiu terem existido situações de recuo ou simplesmente abandono, da parte do Governo na concretização dos mesmos. Mostrou-se esperançado que daquela vez o projeto fosse concretizado com êxito.-----

-----No que dizia respeito à piscina do *Miroásis*, referiu já ter sido a mesma reparada.-----

-----Prosseguindo e tendo em consideração a questão do saneamento, disse que iria solicitar ao Chefe de Divisão de Obras Municipais Engº Rui Silva, para informar o ponto da situação.-----

-----**Respondendo às questões de José Frade:**-----

----- sobre a situação das atas da Assembleia em atraso, esclareceu que o Município de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira, estava a passar por algumas dificuldades, nomeadamente ao nível de recursos humanos, estando as mesmas a ser lavradas pelo técnico de metrologia do Município, em regime de acumulação de funções.-----

-----Sobre a alegada construção de uma estação elevatória de saneamento no parque do Casal S. Tomé, disse que o Município estava a estudar bem aquela situação, remetendo explicações técnicas, para o Engº Rui Silva.-----

-----Sobre a conferência de imprensa realizada em Coimbra, relativa à manutenção do Tribunal de Mira, confirmou ter estado presente, tendo-se feito acompanhar pelo Sr. Vereador Miguel Grego, ao contrário do que foi dito. No entanto, problemas de saúde próprios da época impediram-no de seguir para Lisboa, juntamente com o Sr. Vereador Miguel Grego, tendo este dado cabal cumprimento da sua missão. Mais disse, que a intervenção do Sr. José Frade tinha sido desprestigiante. -----

-----Sobre os projetos a decorrer entre o Município de Mira e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIMBM), disse não compreender a questão, e solicitou ao Sr. José Frade que clarificasse a questão.-----

-----Sobre o programa *Polis*, disse desconhecer as intervenções que o Grupo Municipal do PSD, levou a cabo naquela matéria e se por ventura fizeram algo, era de salutar. Mais disse que o Município de Mira investiu imenso naquele projeto, envolvendo pessoas e entidades durante bastante tempo, não se vislumbrando a presença nem o empenhamento daquele grupo municipal em qualquer actividade.-----

---- Em resposta à questão da Sr^a. Zélia Morais, sobre o alcatroamento da Rua do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salgueiro e Rua de Cima no lugar de Carromeu, esclareceu que as Ruas poderão eventualmente vir a ser alcatroadas, tendo em conta a nova Lei dos Compromissos, estando o Município de Mira atento à necessidade de execução daquela obra.-----

-----**José Frade (PSD)**, interveio e disse que não teve resposta às suas questões, sobre o Tribunal de Mira e o novo enquadramento das Comunidades Intermunicipais.-----

----- **O Presidente da Mesa**, interveio respondendo que o Executivo poderia responder caso entendesse.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e desejou Boas Festas e um ano novo cheio de sucesso.-----

-----Começou por lançar um desafio ao Executivo, quanto à economização de energia, bem como, à utilização de energias alternativas, destinadas a assegurar o eventual aquecimento dos edifícios públicos existentes no concelho, em especial, na Rua Óscar Moreira da Silva. Eram exemplos as Escolas, Quartéis da GNR e Bombeiros, Complexo Desportivo Municipal, Casa da Musica, sobre os quais o Executivo poderia estudar uma estratégia de produção de energia fotovoltaica utilizando para tal os espaços das coberturas existentes. Acrescentou que aquela medida poderia representar uma importante diminuição na facturação mensal do Município, podendo eventualmente fazer parte do programa eleitoral, para as próximas eleições, comentou.-----

-----Focou a questão da crise social, que se vivia no concelho de Mira e cujo tema já tinha sido debatido no Jornal *Voz de Mira*. Sobre aquele assunto, perguntou sobre quais



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as medidas tomadas pelo Executivo para fazer face à situação de pobreza e exclusão social, que estaria a afectar muitos munícipes.-----

----- **Gabriel Pinho (PSD)**, no uso da palavra iniciou a sua intervenção, dirigindo-se a todos os presentes, através da leitura de um comunicado que a seguir se transcreve e se dá como reproduzido na íntegra: *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social e público em geral. Começo por perguntar o porquê do envio de 2 ofícios em resposta a uma solicitação vossa referente ao projeto de alargamento do centro social de Carapelhos para Lar onde consta o pedido de justificação de necessidade social para que lhe seja declarada utilidade pública. Anda a Associação a trocar correspondência há cerca de uma ano sem saber o porque de não vir a esta Assembleia o pedido de utilidade pública para que assim nos seja passada a devida certidão e poder completar assim o projeto. Não vejo a causa deste atraso nem o porque da não resposta a estes ofícios.-----*

2- Há cerca de 3 meses a camara mandou tapar alguns buracos das nossas estradas, o maior buraco e aquele que gastou mais massa foi entre a um comércio da freguesia particular. Houve muita contestação e por isso dirigi-me ao Sr. Vereador Saul que me disse que a massa estava muito dura e foi só para não a deitar fora e o resto dos buracos eram tapados passados 2 dias, até hoje aguardamos que os tapem pois alguns são bem profundos e têm feito grandes estragos em jantes e pneus. Aguardo que mandem tapar os ditos buracos com a máxima urgência possível, pois o funcionário em causa, conhece todos desde esse dia pois tive a oportunidade de mostrar todos e ele ter



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apontado todos os sítios.-----

3- Quero-me congratular pela minha última denúncia feita nesta Assembleia, relativamente ao estado que se encontrava a zona industrial. Teve de seguida uma intervenção da Câmara, só lamento que parte das acácias cortadas não fossem retiradas mas sim empurradas os terrenos dos lados, que fica bastante feio! Agora o que está mesmo feio e perigosos são os buracos das caixas elétricas e esgotos que continuam tapados com paletes e acácias, algumas com cabos elétricos à mostra e cheias de água! Por outro lado quero aproveitar para saber quais foram as ações desenvolvidas pela Câmara Municipal para captar novos investidores!-----

Por último vou comentar um acontecimento inédito no nosso País e se calhar no mundo! Como já venho a reclamar há muito tempo o Sr. Presidente da Câmara vai em 4 anos neste mandato sem receber uma única vez nem o Presidente da Junta nem nenhum dos elementos que compõem a mesa. Há dias enviamos um ofício a pedir uma reunião a marcar pelo mesmo na nossa sede de junta, tivemos a resposta a semana passada, a marcar a reunião para dia 27. Na quarta –feira tive um telefonema da parte do secretário do Sr. Presidente a adiar a dita reunião para o dia de hoje, às 11 horas da manhã ... qual o nosso espanto quando nos aparecem todos os Vereadores menos o Sr. Presidente! Perguntei o porque mas todos disseram que não sabiam. A reunião decorreu e muito bem só é pena que continuemos com este tipo de atitudes e discriminação pela parte do Sr. Presidente à freguesia e população de Carapelhos! Pergunto se terá este “ditador” e discriminador coragem de se apresentar de novo ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleitorado! Eu que hoje era para ter uma intervenção moderada prometo que vou fazer chegar estas minhas palavras a toda a população de Mira e órgãos nacionais. É caso para dizer basta a tanta discriminação!-----

-----**O Presidente da Mesa**, interveio informando que o Sr. Gabriel Pinho tinha excedido o seu tempo em mais de três minutos, restando à bancada do grupo municipal do PSD, apenas mais nove minutos e quinze segundos durante aquele período.-----

-----**Carlos Milheirão (PS)**, no uso da palavra, apresentou cumprimentos aos presentes indo logo de seguida à questão do saneamento da Praia de Mira. Sobre aquele assunto disse que as obras foram concluídas na Avenida da Barrinha e o pavimento ficou em mau estado, urgia resolver o problema. Quanto à limpeza dos cursos e linhas de água, foi alertado por alguns moradores da Praia de Mira, que na *Vala da Cana estavam tombados* dois eucaliptos e impediam a normal deslocação das águas. Efetuou uma visita ao local, acompanhado pelo Técnico Ângelo Lopes, Responsável do Serviço Municipal de Proteção Civil, o qual informou referido que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), entidade que tutela as florestas nacionais, não autorizava a sua remoção, manifestou-se preocupado, pois havia um impasse, nem retiravam nem autorizavam o Município de Mira, comentou.-----

----- Prosseguindo questionou o Executivo, no sentido de saber quem detinha a gestão do Parque de Merendas, em frente à albergaria Santa Zita, a zona compreendida entre o Posto de Turismo e os Viveiros Florestais, pois os espaços apresentavam sinais de alguma degradação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por último abordou a situação da Videira do Norte e perguntou o que se estava a passar, pois tal projeto estava suspenso há imenso tempo, não se observando nenhuma evolução.-----

-----**O Presidente da Mesa** deu a palavra ao Executivo.-----

-----**O Presidente da Câmara**, no uso da palavra e respondendo às questões:-----

-----de José Garrucho sobre apoios sociais, esclareceu que o Município de Mira, seria dos poucos a prestar apoio a munícipes em situação de carência económica, tendo para tal o Gabinete de Ação Social do Município, sinalizado todas as situações e prestado o apoio possível. Mais disse, caso fosse necessário, que a Dra. Brigitte Capelôa, Chefe de Divisão de Educação e Cultura do Município, poderia prestar alguns esclarecimentos considerados relevantes.-----

-----de Carlos Milheiro, sobre a situação da Videira do Norte, esclareceu tratar-se de um contencioso jurídico que estaria a decorrer em Tribunal, não se podendo afirmar com rigor para quando o veredito final. -----

-----a) Quanto à situação dos espaços florestais, referiu que a gestão seria da competência do ICNF.-----

-----aa) No que dizia respeito ao saneamento na Praia de Mira, iria atribuir a palavra a Rui Silva, Chefe de Divisão de Obras Municipais, para prestar os devidos esclarecimentos técnicos.-----

-----de Gabriel Pinho disse tratar-se de uma intervenção inqualificável, tendo despendido o tempo atribuído à bancada do PSD, com insultos e provocações,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conotando-o de “ditador” pese embora não tenha levado em linha de conta os seus comentários. Mais disse que o Sr. Presidente da Junta dos Carapelhos, efetivamente não teria vontade em resolver os problemas, mostrando uma aversão sistemática ao Presidente da Câmara, não sabendo porquê. Reforçou que na véspera e no próprio dia daquela sessão de Assembleia, ter-se-iam deslocado à Junta de Freguesia dos Carapelhos, os senhores Vereadores do Executivo Municipal, para uma reunião agendada, não compreendendo a atitude do eleito local, na qual aludia que o Executivo do Município de Mira, não estaria interessado em resolver os problemas de fundo daquela freguesia. Mais disse, que aquela situação seria uma tentativa mórbida de perseguição ao Presidente da Câmara, esclarecendo contudo estar tranquilo. Acrescentou que os habitantes dos Carapelhos, mereciam todo o seu respeito e consideração, como qualquer outro.-----

-----**Rui Silva, Chefe da DOM do Município**, no uso da palavra fez o ponto da situação das obras de saneamento levadas a cabo na Praia de Mira, Casal S. Tomé e Carromeu. Relativamente ao saneamento na Praia de Mira, esclareceu que os trabalhos executados serviriam para substituir o antigo saneamento, que até aquele momento recebia tanto águas pluviais como resíduos urbanos, situação que não seria permitida de acordo com a legislação em vigor e com a agravante, do Município de Mira, despender mensalmente milhares de euros, no transporte de águas pluviais para a estação de tratamento instalada em Aveiro. Mais disse que o novo saneamento serviria para receção de resíduos domésticos, enquanto que o antigo, seria destinado à receção de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

águas pluviais, acrescentando que aquela obra, devido à sua complexidade iria demorar imenso tempo até estar concluída.-----

-----No que dizia respeito à ligação à estação elevatória da Praia de Mira, esclareceu que tinha sido estabelecida antes do verão, estando naquele momento ligados ao novo colector, o Parque de Campismo, os aldeamentos *MiraVillas, Miroásis e Pescanova*.----

-----Em relação ao saneamento no Casal S. Tomé, esclareceu que foi concluído com êxito, todas as ruas de Carromeu bem como as do Casal S. Tomé, estarem ligadas a uma única estação elevatória, facto inédito uma vez comparado com a Praia de Mira, onde existiam seis estações elevatórias. Mais disse, que a referida estação elevatória do Casal S. Tomé, seria instalada nas imediações do parque da Igreja, respeitando todas normas ambientais e técnicas.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra solicitou ao Executivo que especificasse que projectos estariam em curso, relativamente à área da solidariedade social e eventuais situações de carência económica, que estariam a passar algumas famílias do concelho, não se estando a referir apenas, a carências na alimentação, habitação e outros, salientando que seria muito fácil chegar à pobreza, difícil seria sair dela. Acrescentou que aquela nobre tarefa, não seria unicamente da responsabilidade do Município, mas de todos nós, na qualidade de cidadãos, devendo o Município apelar à mobilização de recursos. Continuando a sua intervenção apelou à criação de uma economia de proximidade, promoção de mercados, tradições, as artes do ofício etc, alegando que a sociedade estaria mais pobre devido ao desaparecimento daqueles



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valores.-----

-----Prosseguindo questionou o Executivo no sentido de saber o que estava a pensar, que projetos teria para as áreas da formação profissional e empreendedorismo.-----

-----Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara, não teria respondido à sua questão, relacionada com as energias alternativas, alegando que existiriam fundos para financiamento de projetos daquele tipo. Reiterou que o Concelho de Mira teria ótimas condições para instalação dum projeto energético, devido à extraordinária exposição solar a que estava coberto. Mais disse que até aquele momento, o Executivo ainda não teria efetuado nada naquela área, pelo menos que tivesse visto, comentou.-----

-----**Gabriel Pinho (PSD)**, novamente no uso da palavra, esclareceu que o Sr. Presidente da Câmara, não teria respondido a nenhuma questão que tinha colocado. Mais disse que quem andava a persegui-lo, seria o Sr. Presidente da Câmara e não o contrário, frisando que durante três anos, nunca recebeu nenhum elemento da Junta de Freguesia. Dirigiu-se novamente ao Sr. Presidente da Câmara, apelidando-o de “ditador” e “discriminador”, dizendo que iria enviar uma nota para comunicação social sobre os factos ocorridos.-----

-----**Ricardo Costa (PSD)**, no uso da palavra iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Logo de seguida fez referência à sessão de Assembleia Municipal de setembro findo, em que tinham sido proferidas algumas afirmações pelo Sr. Presidente da Câmara, num momento em que não estava presente e, mais tarde, tinha pedido autorização para usar da palavra, para se defender e não lhe



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha sido permitido. Tinha sido referido que durante a mostra Gastronómica, tinha andado a apregoar o seguinte “*Melhor que o Reigota, só a Popota*”, o que era totalmente falso, podendo testemunhar a seu favor, elementos da JSD e outras pessoas que se encontrariam no local na altura. Mais referiu que não enveredaria por aquele caminho e estaria de consciência tranquila quanto ao sucedido. Continuando, esclareceu que estaria disponível para prestar qualquer tipo de esclarecimento adicional, uma vez que já tinha estado com o Sr. Presidente, tendo para tal cedido o seu endereço de correio eletrónico, para um eventual contacto, para melhor esclarecer o assunto, numa altura em que o Sr. Presidente estivesse disponível para o receber, no entanto, até àquela data não tinha obtido qualquer contacto.-----

----Quanto aos requerimentos por si apresentados, referiu a situação do Parque Infantil do jardim-de-infância, cujas preocupações já teriam sido transmitidas ao Sr. Vereador Miguel Grego, havia sensivelmente um ano, juntamente com a Presidente da comissão de pais, relativamente à situação do tapete, pois até ao momento, ainda não teria resolvido a situação.-----

-----Prosseguindo abordou a questão das obras de saneamento básico e a consequente remoção dos passeios, alegando que alguns funcionários do Município, logo que concluídas as referidas obras, tinham visitado o local e avisado os munícipes lesados, de que iriam proceder à reposição dos passeios, situação aquele que não se veio a verificar.-----

-----Finalmente referiu-se ao Ecoponto instalado no Casal S. Tomé. Questionou o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo se um só Ecoponto para servir as povoações de Carromeu e Casal S. Tomé, seria uma boa distribuição. No seu entender não, comentou.-----

-----**António Alberto (PS)**, no uso da palavra, saudou todos os presentes desejando votos de Boas Festas e um bom ano novo. Iniciou a sua intervenção, manifestando a sua satisfação na atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia por parte do Município, alegando que a verba atribuída à Junta de Freguesia de Mira teria sido inferior em relação a algumas Freguesias, apesar daquela Junta ser a maior em número de habitantes, pois rondaria os oito mil habitantes. Mais disse que em três anos, nunca foram convocadas as Juntas de Freguesia para reunir com a Câmara Municipal, para que em conjunto, tivessem traçado novos projetos de futuro, caso assim fosse, a situação vivida naquele momento, teria sido diferente.-----

----- Prosseguindo fez referência ao mau estado de conservação, em que se encontravam algumas ruas da Freguesia de Mira, nomeadamente a rua Raul Brandão, que estaria cheia de buracos há mais de três meses, tendo motivado inúmeras queixas por parte de alguns transeuntes. Fez também referência ao estado de conservação da Rua das Hortas, que estaria intransitável e no lugar da Valeirinha, também haveria a registar algumas ruas em um estado. Sublinhou que tinha efetuado inúmeras diligências, junto do Executivo Camarário mas que até aquele momento, não teria obtido qualquer resposta.-----

----- **O 1º Secretário da Mesa**, no uso da palavra e tendo em consideração a intervenção efetuada pelo Sr. Ricardo Costa, esclareceu na sessão anterior não tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autorizado a sua intervenção no momento pretendido, todavia remeteu para o final a sua intervenção, facto que não se viria a consumir, tendo daquele modo pedido desculpas pelo lapso.-----

-----**O Presidente da Mesa**, na qualidade de membro da Assembleia eleito pelo PS, interveio respondendo à intervenção do Sr. José Garrucho. Sobre a energia fotovoltaica, esclareceu que tratava-se de um projeto economicamente dispendioso para o Município, não sendo minimamente rentável. Reforçou a situação ocorrida nos Hospitais da Universidade de Coimbra, na qual se teria optado por aquele tipo de energia alternativa, tendo chegado à conclusão que a eficiência energética era muito baixa, considerando a ideia da energia fotovoltaica a pior de sempre, em termos de custo elétrico.-----

-----Sobre o apoio prestado aos mais carenciados, considerou a pobreza uma catástrofe com a agravante das medidas do Governo prejudicarem mais a situação, propiciando o aparecimento de novas situações. Considerou tratar-se de um problema social ao qual todos deveriam estar atentos e solidários, principalmente o Município de Mira, na qualidade de instituição pública, devendo prestar todo o apoio possível naquele tipo de situações. Reiterou que o apoio social, seria um dever moral ao qual todos deveriam colaborar.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, no uso da palavra e respondendo algumas questões anteriormente colocadas, esclareceu que:-----
relativamente à intervenção do Sr. Ricardo Costa, disse que as “ofensas” à integridade do Sr. Presidente da Câmara, teriam partido do grupo onde se encontrava inserido o Sr.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Costa acompanhado de dirigentes e militantes do PSD e JSD locais, no decorrer do evento da Mostra Gastronómica, tendo-se identificado através de um grito “JSD”.-----

-----a) sobre a situação do Parque Infantil esclareceu que o Sr. Ricardo Costa não se teria explicado bem, quando se referiu ao eventual compromisso que o Município de Mira teria com a Presidente da comissão de pais. De facto o compromisso era entre o sogro da Presidente da referida comissão e o Parque infantil, relativamente a um serviço prestado. Quanto à situação do “borrachão” esclareceu que o equipamento era certificado, não tendo naquele momento a empresa fornecedora, qualquer contrato de prestação de serviços, quer fosse manutenção ou outro. Mais disse, que o Município assumiria a responsabilidade solidária com a empresa fornecedora, no sentido de assegurar a pintura do “borrachão” com uma camada de borracha virgem específica.-----

-----aa) sobre a situação do “Ecoponto” esclareceu que existia um “vidrão” junto ao “Café Costa” e um “Ecoponto” instalado na envolvente do Bairro Social de Carromeu, alegando que o concelho de Mira, estaria muito acima do *rácio* por habitante, tendo inclusive ganho um prémio pelas receitas obtidas. Mais disse que não seria possível colocar “Ecoponto” em todos os lugares, dado que não se justificaria, esclarecendo que o contrato com a empresa de recolha de resíduos sólidos e urbanos ERSUC terminaria para o próximo ano, podendo eventualmente ser ajustado face às necessidades.-----

-----aaa) sobre a situação dos passeios na EN 109, esclareceu que a reposição dos mesmos, estaria contemplada no orçamento de 2013.-----

-----relativamente à intervenção do Sr. José Garrucho, referente ao empreendedorismo,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que o Município de Mira, através do Gabinete de Inserção Profissional, estaria a promover projetos de apoio naquela área. Reforçou que o Município de Mira, estaria também a realizar uma parceria com a CIMBM sobre o projeto de criação do próprio emprego. Continuando esclareceu que a Autarquia teria promovido algumas ações de formação para adultos, na área do empreendedorismo de base social.-----

-----b) No que dizia respeito à rede social, informou que aquele meio de comunicação existia sendo destinado à partilha de informação entre os vários intervenientes, quer seja entidades quer seja público em geral.-----

-----bb) sobre a energia fotovoltaica e reforçando a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, esclareceu que o Município teria como objectivo aplicar painéis fotovoltaicos no edifício dos Paços do Concelho, Pavilhão e Piscina. Mais disse que aquele tipo de energia fotovoltaica, não superaria as expectativas uma vez que, no caso da Piscina, quando havia necessidade de mais água, já não havia sol suficiente. -----

-----bbb) Prosseguindo informou que o Município de Mira, teria apresentado uma candidatura à Secretaria de Estado da Agricultura, no sentido de vir a ser a entidade promotora, para o projeto “Bolsa de Terras” como forma de combater a crise económica, estimulando e incentivando potenciais interessados na atividade agrícola.----

----- relativamente à intervenção do Sr. José Frade, esclareceu que o Município de Mira, há dez anos atrás tomara a iniciativa de pertencer à Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, quebrando então a sua relação institucional, com a Associação de Municípios da Ria de Aveiro e outras. Mais disse que a nova Comunidade



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intermunicipal da Região de Coimbra, englobaria todos os municípios à volta de Coimbra, sendo a maior comunidade do centro norte do País. Continuando referiu as inúmeras vantagens que poderiam advir para o Concelho de Mira, tirando partido de um leque muito diversificado de estudos e projetos de desenvolvimento para a região centro. No que dizia respeito ao enquadramento jurídico das Comunidades Intermunicipais, esclareceu que o projeto aprovado pelo Governo seria ilegal, uma vez que não se teve em consideração a Constituição da Republica Portuguesa, situação que mereceu de imediato a contestação da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relativamente à execução de eventuais projectos, entre o Município de Mira e a CIM, informou que o Município de Mira, estaria envolvido em todos os projetos lançados, que passariam pelo Empreendedorismo, Central de Compras, Teleassistência entre outros.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Gabriel Pinho, disse que a limpeza da Zona Industrial de Mira, esteve a cargo dos Sapadores Florestais do Municipio de Mira, tendo prestado o serviço de acordo com os procedimentos normais, tendo aquela equipa sido distinguida, como sendo a melhor a nível nacional. Mais disse que se existiria algum trabalho de limpeza imperfeito, teria que se ir averiguar.-----

-----c) No que dizia respeito a eventuais apoios do Municipio de Mira ao sector empresarial, esclareceu que naquele preciso dia, uma das cento e cinquenta melhores empresa do distrito de Coimbra, teria adquirido no Concelho de Mira, uma empresa para estabelecer uma filial. Mais disse que o Município de Mira, apoiaria todas as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas que manifestassem interesse em investir no concelho.-----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Carlos Milheirão, no que dizia respeito à limpeza das linhas e curso de água, esclareceu que naquele momento o mais importante seria saber a quem se dirigir, se seria à ARH , ao ICNF ou a outra instituição, em virtude das constantes alterações de competências dos organismos públicos.-----

-----Ricardo Costa (PSD), novamente no uso da palavra e respondendo à intervenção do Sr. Vereador Miguel Grego, esclareceu que o jantar levado a cabo durante a mostra gastronómica, teria sido promovida pela JSD e que contou com a presença de um Deputado da Assembleia da Republica Sr. Carlos Marques. Mais disse que os alegados “piropos” dirigidos à pessoa do Sr. Presidente da Câmara e dos quais teria sido acusado, esclareceu que aquela acusação não corresponderia à verdade, e que nem se teria apercebido que os “comentários” teriam partido dos elementos que compunham o referido grupo.-----

-----No que dizia respeito aos requerimentos apresentados, esclareceu que se o Executivo não tinha tempo para responder, também ele não teria para apresentar todos os necessários bem como os problemas para serem debatidos.-----

-----Quanto à reposição dos passeios na EN 109, no lugar de Carromeu, disse ter verificado que aquela rubrica estaria prevista em orçamento e que o Executivo não poderia continuar a atribuir responsabilidade ao Governo, para a não concretização de certos trabalhos.-----

-----O Presidente da Mesa, visto não existirem mais intervenções, decidiu concluir o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

período de antes da ordem do dia e suspender os trabalhos, para um curto intervalo, sendo dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.-----

-----**PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”**-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

-----**O Presidente da Mesa** concedeu a palavra ao Executivo.-----

-----**O Presidente da Câmara**, no uso da palavra procedeu a uma curta explicação do relatório de actividades municipais, enaltecendo o esforço dos serviços, no sentido de uma melhoria contínua na sua elaboração, apesar das dificuldades que o Município atravessaria. -----

-----Em relação à intervenção do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Mira, disse que o Executivo nunca manifestara nenhuma falta de respeito pelas Juntas de Freguesia, ao contrário do que se teria dito, tendo o Executivo naquele momento, já atribuído os subsídios às Juntas de Freguesia referentes aos últimos três anos.-----

-----No que dizia respeito à rede viária, lembrou que as estradas do concelho de Mira, na sua maioria encontravam-se em bom estado de conservação, estando previsto em orçamento para 2013, a beneficiação daquelas que careciam de reparação. Mais disse que no período de governação municipal do PSD, a rede viária municipal e regional, estaria num estado considerado “miserável” comentou. Reforçou que a situação de “revolução” entretanto ocorrida se devia ao esforço e persistência da Autarquia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juntamente com o apoio das Juntas de Freguesia. -----

-----Relativamente à situação financeira da Autarquia, referiu alguns dados como a redução de despesa corrente com um valor 66% executado, alegando que a Autarquia teria vindo a reduzir o endividamento, apresentando em 30/11/2012 uma dívida de curto prazo no valor de 1,765.000.00 € a de longo prazo no valor de 2,232.000.00 € perfazendo um total de 3,997.000.00 € Quanto à dívida de soberania, apresentaria um valor de 3,954.000.00 € pagamentos em atraso no valor de 1,148.000.00 € Mais disse, que a dívida naquele momento teria sido reduzida em 500,000.00 € em virtude do Município teria recebido o pedido de reembolso da candidatura da correção do traçado da Variante Sul à Praia de Mira.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra aproveitou o momento para felicitar o Executivo, relativamente às melhorias implementadas no relatório. Logo de seguida fez referência à intervenção do Sr. Presidente alegando que as taxas de execução orçamental seriam baixas em relação ao orçamento apresentado, que considerou excessivo. Prosseguindo e tendo em consideração uma entrevista que o Sr. Presidente da Câmara, teria efetuado a um órgão de comunicação social, quando se referira ao montante da dívida do Município, alegando ser de 3 milhões de euros, enquanto que os valores apresentados no relatório seriam de 9 milhões, questionou o Executivo no sentido de saber exatamente, qual o montante da dívida do Município de Mira. Mais disse, estando a Associação Incubadora Beira Atlântico Parque (AIBAP) em processo de insolvência e sendo o Município de Mira o principal acionista, quem iria assumir o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passivo.-----

-----**José Frade (PSD)**, no uso da palavra e tendo como referência a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que o Grupo Municipal do PSD iria manter a calma e serenidade, pronunciando-se sempre sobre as matérias pertinentes, independentemente da posição do Executivo. Esclareceu que o relatório do Sr. Presidente teria informação referente a todo o ano, o que seria bom, tendo-se inclusivamente estabelecido mapas comparativos. Mais disse que o Grupo Municipal do PSD tinha batalhado bastante no sentido de que o relatório tivesse toda a informação disponível e necessária, mas nem sempre tal teria acontecido, por vezes a informação pecava por escassa. Referiu ainda que algumas pessoas o teriam acusado de ser muito curioso e querer saber todas entrelinhas da informação que lhes era fornecida. Prosseguiu na análise do relatório de actividades, constatou a existência de três não conformidades na realização de uma auditoria externa, não estando as mesmas devidamente discriminadas, querendo saber exactamente a que se referiam.-----

-----Outra questão relacionada com o relatório foi dirigida aos serviços prestados pelo Município à Junta de Freguesia de Mira, relativos à manutenção e administração do servidor e computadores. Pretendeu saber se aquele tipo de apoio seria apenas prestado àquela Junta de Freguesia ou também às restantes e em que condições seria prestado.----

-----Continuando fez referência aos processos de contencioso administrativo realizados durante os anos de 2010, 2011 e 2012. Questionou daquela forma o Executivo o porquê de só naquele momento serem divulgadas aquelas informações, algumas conhecidas e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras no seu entender duvidosas, acrescentando que o seu conteúdo seria insuficiente, uma vez que os processos não referiam o motivo e matéria da aplicação da sanção, exigindo maior transparência e informação.-----

-----Continuando esclareceu que a bancada do Grupo Municipal do PSD não iria abordar a questão das taxas, o reconhecimento do esforço do endividamento, porque sobre aquele assunto bem como os dados que lhes foram apresentados, não iriam alterar a posição assumida, uma vez que refletiram situações previstas pelo PSD, tendo na devida altura, alertado o Executivo para a má orçamentação como sendo as despesas correntes, despesas de capital, loteamento de obras etc.-----

-----No que dizia respeito às dívidas, o Grupo Municipal do PSD mostrou-se satisfeito com os valores apresentados no relatório do Sr. Presidente, servindo os mesmos para contrariar as declarações prestadas pelo edil em entrevista a um órgão de comunicação social. Reforçou que o mapa da página 35 do referido relatório seria bastante elucidativo, evidenciando que o valor dos pagamento em atraso no ano de 2011, cifraram-se em 5.000.000,00 € e não em 3.000.000,00 € como anunciado pelo Sr. Presidente na alegada entrevista, esclarecendo que se aquele relatório fosse lido por um cidadão comum, a apreciação seria idêntica à do PSD, podendo eventualmente existir algumas questões técnicas não contabilizadas, como seria o caso das facturas a 90 dias.-

-----Finalizando abordou a questão da autorização do PAEL que não foi desenvolvida segundo a perspetiva do Grupo Municipal do PSD tendo o mesmo sido anunciado naquela sessão, cumprindo carência até ao ano 2014 durante 14 anos. Mais disse que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estaria mencionado no relatório a concretização de 1.400.000,00 € de empréstimo, tendo questionado o Executivo se os parâmetros apresentados seriam os mesmos, relativamente ao período de pagamento, montante ou se teria havido alguma alteração.--

-----**Paulo Grego (PS)**, no uso da palavra fez referência a alguns comentários que teriam sido publicados na Internet, por alguns membros daquela Assembleia, que aludiam para o seguinte título “Os munícipes merecem a verdade”. Considerou o mesmo correcto e necessário reforçando que da mesma forma que alguém desmente um Presidente da Câmara naquela Assembleia, através de alguns *dotes oratórios*, também alguém deveria reconhecer quando se está errado e saber interpretar o que está escrito no relatório, se bem que tais atitudes seriam difíceis de admitir. -----

-----Salientou o esforço que o Executivo teria vindo a envidar no sentido de amortização da dívida, não governando em função do eleitoralismo nem contribuindo para o aumento do despesismo já existente, valorizando daquele modo a sua actuação. Mais disse que os valores apresentados no relatório, que considerou valores históricos de endividamento no concelho de Mira, pela positiva, deveriam ser destacados pese embora as taxas de execução não serem as desejadas, alegando que a situação seria mais grave caso se verifica-se o inverso: não existir orçamento e em seguida não poder fazer. Disse ainda no seu entender, que a situação verificada não apresentaria qualquer problema, uma vez que os valores apresentados seriam óbvios e insusceptíveis de causar dúvidas à bancada do PS. Posição diferente seria aquela assumida pela bancada do PSD a qual lhe parecia ter manifestado alguma dificuldade em aceitar tais resultados



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

limitando-se a questionar o Executivo e fazer observações. Remeteu para página 34 do relatório, onde viriam mencionados os limites e margens do endividamento da Autarquia, o que no seu entender seriam aceitáveis, uma vez que seria preferível obter aquela taxa de execução baixa mas com pouco endividamento do que uma situação inversa. Referiu a ausência na sessão do Sr. Juan António, que caso estivesse presente, seria um acérrimo defensor da teoria segundo a qual o Município deveria efetuar mais obras apesar do aumento do despesismo, o que na opinião da bancada do PS não seria a opção correcta, tendo o Executivo seguido o caminho certo.-----

-----**O Presidente da Câmara**, no uso da palavra disse que a intervenção do Sr. Paulo Grego resumira de uma forma esclarecedora e objectiva o que de facto se passaria na realidade, tendo os munícipes o direito de saber a verdade dos factos. Mais disse que após ter procedido à exposição daquele relatório, pensou ter sanado todas as dúvidas existentes mas na realidade o resultado foi o oposto, considerando-se ingénuo ao ponto acreditar na capacidade de recuperação dos políticos.-----

-----Referindo-se à intervenção do Sr. José Frade disse que umas vezes chora outras vezes faz rir, tal como qualquer ser humano. Disse ter tido uma apresentação calma, serena e rápida, tendo ocupado uma página nos seus apontamentos que não serviram para nada, revestindo-se a sua intervenção de insinuações e comentários pouco abonatórios. Prosseguindo esclareceu que quando o PSD esteve no poder era uma desgraça, quando esteve na oposição seria uma desorientação completa, que iriam aumentando à medida que as eleições autárquicas se aproximavam, o que na sua opinião



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mostrava “o PSD no seu melhor”.-----

-----No que dizia respeito à entrevista concedida pelo Sr. Presidente da Câmara ao jornal “Diário As Beiras” referente à dívida do Município de Mira, esclareceu que eventualmente poderia ter ocorrido algum erro de uma das partes, acrescentando que ainda não teria tido disponibilidade para ler o artigo, tendo remetido mais esclarecimentos para o Vereador Miguel Grego.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, no uso da palavra procedeu a algumas explicações de carácter técnico, referentes a alguns pontos do relatório, especificamente no que dizia respeito ao orçamento, referindo que o Executivo teria optado por taxas de execução baixas do que aumentar o endividamento.-----

-----Relativamente à entrevista que o Sr. Presidente da Câmara tivera concedido à comunicação social e criticada pelo Sr. José Frade, esclareceu tudo se resumira a uma má interpretação dos valores apresentados no relatório, advertindo-o para as acusações graves que proferiu relativamente às facturas a 90 dias, pois considerou-as como ofensivas aos técnicos dos serviços da Autarquia, aludindo para o facto de as mesmas poderem ter sido retidas ou ocultadas.-----

-----Continuando esclareceu que a situação da AIBAP era preocupante, contudo o passivo praticamente não existiria, porque o empréstimo, tecnicamente estaria coberto pelo activo. A situação mais grave que poderia ocorrer, considerando o Município de Mira o único acionista, seria perder todo o capital aplicado durante a existência da AIBAP, situação aquela que no seu entender, um bom gestor ainda poderia resolver.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente ao relatório de actividades, esclareceu que o mesmo tem a periodicidade trimestral, podendo daquela forma estabelecer-se um paralelismo, uma comparação com os anteriores, visualizando as evoluções alcançadas. Mais disse que os mapas comparativos ali apresentados, representariam uma exigência dos membros daquela Assembleia.-----

-----Prosseguindo, referiu-se à realização de auditoria externa tendo esclarecido que a mesma foi realizada no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, de harmonia com a norma NP EN ISO 9001 sendo a mesma direccionada aos serviços da Autarquia que estariam certificados, tendo sido evidenciadas algumas não conformidades, fruto de erros meramente procedimentais.-----

-----Relativamente aos serviços informáticos prestados pela Autarquia às Juntas de Freguesia, disse que os mesmos são mencionados em relatório, com base nos princípios da transparência e da boa fé.-----

-----Continuando e respondendo a questões anteriores colocadas, remeteu para página 7 do relatório de actividades, referente ao contencioso esclarecendo tratar-se de uma *nuance* e que apesar de não ser obrigatória a sua divulgação, já teria sido objecto de críticas naquela Assembleia, estando o mesmo a ser realizado, no âmbito do projeto da reorganização do Arquivo Municipal.-----

-----Relativamente ao PAEL, esclareceu que aquele assunto vinha mencionado na página 36 do relatório de actividades, sendo o mesmo destinado ao pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, frisando que o contrato de empréstimo aguardava



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinatura formal, pelo que só produziria efeitos em 2013. Mais disse que tal situação, já teria merecido a contestação da maioria dos autarcas portugueses, alegando má fé na criação daquele programa, uma vez que o Tribunal de Contas ainda não teria visado os contratos, não permitindo o desbloqueio das verbas a atribuir, colocando várias autarquias em situação de risco, podendo inclusive os Executivos Municipais perderem o mandato.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra e referindo-se à entrevista do Sr. Presidente da Câmara, disse que seria muito bom conceder entrevistas, mal seria o contrário, mas o que realmente seria importante, era o teor e os assuntos debatidos e a posterior publicação, alegando que o que estaria em causa, seriam valores opostos aos constantes no relatório. Alertou daquele modo o Executivo, para efectuar uma leitura do artigo publicado, no sentido aferir a veracidade dos factos. Caso os dados publicados não estivessem em conformidade, deveria o Executivo solicitar a sua correcção. Prosseguindo com a entrevista, disse que o Sr. Presidente da Câmara a certa altura, estaria bastante apreensivo com a situação económica da Autarquia, face às promessas e compromissos assumidos sem que para tal o Governo tivesse ainda desbloqueado as verbas respectivas, ponderando seriamente se iria concorrer nas próximas eleições. Lembrou daquele modo que o Sr. Presidente não deveria apenas ser Presidente quando a situação económica era favorável mas também em todas as outras quando não era.-----

-----**José Frade (PSD)**, novamente no uso da palavra e referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, quando aquele teria dito que o PSD quando estava no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo era uma desgraça, quando estava na oposição era uma lástima à medida que se aproximariam as eleições.-----

-----Sobre a dívida do Município, apresentada no relatório e abordada pelo Vereador Miguel Grego, que apontava para um valor próximo dos 4.000.000,00 € lembrou que no Executivo liderado pelo Dr. Mário Maduro, teria sido contraído um empréstimo no mesmo montante, questionando daquele modo qual a finalidade, para que tinha servido, alegando que o Grupo Municipal do PSD nunca teria questionado a actuação do actual Executivo. Mais disse que o PSD estaria disponível para discutir com o Executivo onde teria sido gasto aquele montante e quem seria o responsável pela dívida. A verificar-se aquela situação, o Município não teria viabilidade económica.-----

-----Continuando e referindo-se à entrevista concedida à comunicação social pelo Sr. Presidente da Câmara, contrapondo com os valores apresentados naquele relatório, respeitantes à dívida de longo e médio prazo, disse que não seriam esclarecedores, uma vez que não existiria concordância nos montantes apresentados, sendo o saldo da dívida nulo naquele momento, considerando que na altura da entrevista o Sr. Presidente não deveria ter contabilizado os fundos que iria receber do PAEL, o que no seu entender não seria correcto, pois não existiria uma garantia que os mesmos fundos fossem atribuídos e cujo valor rondaria 1.400,000 € sendo os mesmos concedidos em duas tranches. Prosseguindo e tendo em consideração o empréstimo do PAEL no valor 1.400.000,00 € disse que não acreditaria que o Executivo não tivesse sido informado sobre as cláusulas do contrato, incluindo compromissos, período de empréstimo, etc, acautelando daquela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma o Executivo, para o facto o Governo ser composto por “bandidos” vindo só naquela Assembleia anunciar as condições de pagamento, uma vez que no relatório não vinha essa informação. Pretendeu daquela forma saber se, as condições de pagamento anunciadas em sessões anteriores, manter-se-iam com um período de carência até 2014 e prazo de pagamento de 14 anos.-----

-----Prosseguindo na análise das dívidas de curto e longo prazo, constatou que as mesmas diminuíram, sendo uma situação previsível e normal, uma vez que obedeciam a um plano de calendarização e compromissos assumidos, cabendo ao Executivo geri-lo da forma que considerar mais vantajosa para o Município.-----

-----Finalizando, dirigiu-se ao Presidente da Câmara, alegando que o PSD não estaria naquela Assembleia para fazer campanha eleitoral, nem para criar obstáculos ao Executivo ao contrário que o Sr. Presidente teria dito, tendo sido a actuação do PSD ao longo do mandato, politicamente normal tendo desempenhado o papel de oposição para o qual teria sido eleito. Mais disse que o PSD não estaria a perturbar ninguém naquela Assembleia, pelo contrário, poderia sim existir alguém que se sentisse incomodado com a presença do PSD. Esclareceu que a postura do PSD naquela Assembleia seria diferente da versão do Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara**, interveio e tendo em consideração a intervenção de José Frade, disse que quando um deputado do PSD teria conotado naquela Assembleia, o Governo do próprio partido como sendo composto de “bandidos”, pessoas de má fé, pareceu-lhe exagerado, estando “tudo dito”, não existindo um sentimento de confiança



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de parte alguma, não significando que os Governos anteriores do PS, tivessem sido perfeitos, não sendo aquela a questão em causa.-----

-----Relativamente à intervenção de José Garrucho, disse que daria as entrevistas que fossem necessárias e oportunas, não compreendendo muito bem a expressão quando aquele se referia ao facto do Presidente da Câmara dar “muitas entrevistas” ou “poucas entrevistas” classificando aquela expressão como sendo um pouco subjetiva. Mais disse que aquela observação não deveria ser um factor de discórdia nem de desavença entre os membros daquela Assembleia, frisando que todos eram humanos, possuidores de defeitos e virtudes.-----

-----Quanto aos candidatos às próximas eleições autárquicas, disse ser do conhecimento público que o PSD já teria nomeado um candidato, o PS ainda não teria nomeado ninguém bem como o MAR, segundo lhe pareceu, também não teria efectuado nenhuma candidatura.-----

-----Seguidamente passou a palavra ao Vereador Miguel Grego, para abordar outras questões.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, no uso da palavra e respondendo à intervenção de José Frade, disse que não teria havido nenhuma alteração ao que foi aprovado naquela Assembleia respeitante ao programa PAEL, caso houvesse, obviamente seria comunicada àquela Assembleia. Mais disse que o PAEL aguardaria apenas o visto do Tribunal de Contas, regressando de seguida à Assembleia Municipal para tomada de conhecimento, mantendo-se as cláusulas contratuais inalteradas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tendo em consideração as palavras de José Frade, quando se referiu aos membros do Governo, conotando-os de “bandidos”, quis manifestar a sua opinião pessoal, esclarecendo que teria algumas dúvidas quanto à boa fé dos governantes, nomeadamente o Secretário de Estado das Autarquias Locais, colocando a hipótese que o mesmo não teria condições, para impor ao Tribunal de Contas, aquilo que teria afirmado perentoriamente, em reuniões pessoais na Associação Nacional de Municípios Portugueses, que as dívidas a pagar seriam aquelas que estavam em dívida à data da submissão da candidatura, tendo por aquele motivo o Município de Mira, sido autorizado a apresentar a candidatura no valor aproximado de 1.400.000,00 € Entendeu que o Tribunal de Contas “não iria nessa cantiga”, facto aquele que poderia ser testemunhado, através de ofícios enviados pelo referido tribunal a outras Autarquias, alegando que não teria havido a devida negociação entre a Secretaria de Estado e o Tribunal de Contas. Prossequindo disse esperar que o Secretário de Estado das Autarquias Locais e o Ministro consigam juntar esforços, suficientes para impor tais medidas ao Tribunal de Contas, não concordando que o Governo fosse conotado como sendo “bandidos” pese embora tenha existido muita má fé, frisando tratar-se da sua opinião pessoal.-----

----- Quanto à questão do empréstimo contraído pelo Município de Mira, durante o Executivo liderado por Mário Maduro no valor de 4.000.000,00 € esclareceu que 1.000.000,00 € foi destinado a investimento e os restantes 3.000.000,00 € destinaram-se a saneamento financeiro da Autarquia, sendo 2.900.000,00 € utilizados na construção da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Variante e outras. Mais disse que quem teria contraído aquele empréstimo, teria sido o Executivo de Mário Maduro e quem estaria a paga-lo era o Executivo de João Reigota. Acrescentou que das 24 prestações contratadas com a banca, zero foram pagas pelo Executivo de Mário Maduro, 20 foram pagas pelo Executivo de João Reigota, faltando apenas pagar 4 prestações. Relativamente ao contrato do PAEL, adiantou que o mesmo seria pago pelo Executivo que estivesse em funções naquele momento. Prosseguindo disse que o empréstimo contraído em 2009 através do PREDE num total de 10 prestações, teria ocorrido durante o Executivo de João Reigota e liquidado pelo mesmo. Continuando frisou que não foi durante o Executivo de João Reigota que foram contraídos empréstimos à última da hora, com um período de carência que ultrapassaria o mandato do Executivo vigente, mas sim nos do PSD, transitando aqueles encargos para o actual executivo. Reforçou que aquela situação seria um *habitué* nos executivos liderados pelo PSD. Ainda relativamente ao PAEL disse ter sido aprovado por unanimidade naquela Assembleia, sendo considerado um bom empréstimo por todos os presentes, alertando que votar a favor dum programa e de seguida desvincular-se, não seria um acto de honestidade.-----

-----Quanto à dívida do Município, que supostamente estaria a ser paga por obrigação, segundo o entendimento de José Frade, Miguel Grego remeteu para o cumprimento da Lei nº 64-B/2011- Orçamento do Estado para 2012, que estabelecia uma redução do valor da dívida equivalente a 5%, sendo que o Município de Mira teria reduzido em 70%, cumprindo as metas muito além do estabelecido, não vendo nenhuma obrigação



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em tal acto.-----

-----Continuando e tendo em consideração alguns boatos que teriam circulado na praça pública, sobre a alegada existência de um assessor de imprensa no Município, esclareceu que não existia nenhum, até porque o Município de Mira, nem sequer respondera aos “*bananais*” publicados no jornal “Correio da Manhã” sobre os Municípios.-----

-----Finalizando e respondendo a questões anteriormente levantadas relativamente à gestão municipal, alegando que o Sr. Presidente apenas governaria quando existiria verbas e quando não existisse não deveria exercer a sua função, esclareceu que tal afirmação não corresponderia à verdade, uma vez que a autarquia de Mira bem como outras, apenas poderiam concretizar os seus projectos mediante compromissos assumidos pelo Governo, ou seja através da transferência de verbas.-----**José Frade (PSD)**, no uso da palavra interveio apenas para dizer que achava *sue géneris* ser um membro do Executivo a defender que o candidato às Autárquicas seria o Sr. João Reigota e não o próprio.-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da assunção de compromissos plurianuais, aprovado pela “Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – nova Lei dos compromissos – Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, concedida por deliberação de 30 de abril de 2012.-----

-----**O Presidente da Mesa** concedeu a palavra ao Executivo.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, usando da palavra procedeu a uma curta explicação



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquele ponto, tendo por objectivo facilitar a sua compreensão.-----

-----**José Frade (PSD)**, novamente no uso da palavra questionou o Executivo, relativamente à situação do Parque Municipal de Mira, no qual foi apresentado um contrato de prestação de serviços, com uma empresa privada de recursos humanos. Pretendeu saber qual o motivo daquele contrato, seria por falta de pessoal da Autarquia ou seria economicamente mais rentável para o Município.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, interveio esclarecendo que o referido Parque de Campismo apenas possuía dois funcionários a tempo inteiro, não possuindo serviço de guarda nocturno, electricista, limpeza etc, a que a lei obriga, não possuindo a Autarquia esses recursos humanos, tornando-se portanto necessária a sua contratação em sistema de *outsourcing*, estando naquele momento, o Vereador Saul Rico a liderar o processo.---

---- A final, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da assunção de compromissos plurianuais, aprovado pela “Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – nova Lei dos compromissos – Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, concedida por deliberação de 30 de abril de 2012.-----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, ao abrigo da alínea n), do nº. 2, do artº. 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, conjugado com o D.L. nº. 305/2009, de 23 de outubro e Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto, da redefinição da estrutura organizacional do Município de Mira.**-----

-----**O Presidente da Câmara**, usando da palavra procedeu a uma breve explicação do ponto, tendo referido que a Lei nº 49/2012 de 29 de Agosto, operacionalizava a medida



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.41 do memorando de entendimento com a *troika*, impondo profundas alterações no paradigma organizacional dos Municípios e serviços municipalizados, tornando-se urgente dotar os serviços de uma estrutura mais próxima dos cidadãos, garantindo a participação informada dos Munícipes e actuação concertada dos serviços municipais. Daquele modo foi fixado em cinco, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, correspondendo a quatro Divisões, dirigidas por titulares de cargos de direcção intermédia de 2º grau, e uma unidade dirigida por um titular de cargo de direcção intermédia de 3º grau e fixado em sete, o número máximo de subunidades orgânicas.----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra questionou o Executivo no sentido de saber como seria efectuada a transição do anterior organigrama para o futuro organigrama dos serviços municipais, tendo em conta a actual legislação.-----

-----**José Frade (PSD)**, no uso da palavra, aproveitou o momento para dizer que a proposta apresentada pelo Executivo, obedecia aos parâmetros da Lei, tendo sido aproveitado ao máximo o número permitido de unidades. Considerou que se deveria ter aproveitado aquela situação para fazer uma estrutura orgânica mais adequada, mais operacional, mais racional, menos pesada na sua perspectiva, compreendendo as motivações pessoais, políticas envolvidas naquele projeto. Mais disse considerar importante, a manutenção dos postos de trabalho, quer dos técnicos, quer dos próprios políticos envolvidos.-----

----- Continuando, disse que não existia nenhuma Lei, que não tivesse previstas exceções, como seria o caso. Reforçou ainda que quem detinha a capacidade de gestão,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveria ter o bom senso de implementar a estrutura mais adequada para servir os cidadãos, acreditando todavia, que tais valores teriam sido ponderados, podendo eventualmente, na sua perspetiva, ter-se adoptado outro tipo de estrutura.-----

-----**O Presidente da Câmara**, interveio dizendo que o projeto de estrutura orgânica ali apresentado, reflete o aproveitamento ao máximo da gestão dos recursos humanos, indo solicitar a intervenção de Cármen Santos, Chefe de Divisão Administrativa e Jurídica do Município, para completar a sua intervenção.-----

-----**Carmen Santos**, autorizada intervir, iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, esclarecendo que a Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, previa que fossem “reconduzidos” os cargos dirigentes oriundos da antiga estrutura orgânica, existindo uma identidade na maioria das funções ali presentes.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, interveio e respondendo a José Frade, que teria alegado existir excepções à Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, esclareceu que o Município de Mira elaborou o projecto à medida da dimensão da Autarquia, não criando lugares para não serem providos no futuro.-----

-----Quanto ao facto daquela estrutura ter sido considerada algo pesada, por alguns membros, disse que a estrutura ali apresentada, respeitava a lei em vigor, sendo bastante descritiva, diferente das anteriores, não se podendo criar nada de novo, em termos de serviços. Apenas foram especificadas as funções de cada unidade orgânica.---

-----**O Presidente da Mesa** visto não existirem mais intervenções, colocou aquele ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS) e 10



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abstenções (MAR e PSD).-----

-----**Declarações de voto:** não houve.-----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do disposto nos artºs. 4º. e 5º. da Lei nº. 12-A/2008, de 27 de janeiro, na atual redacção, conjugado com a alínea c) do nº. 2, do artº. 64º. e alínea b) do nº. 2 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na atual redacção, do orçamento e opções do plano/Mapa de Pessoal para 2013.**-----

-----**O Presidente da Câmara**, usando da palavra procedeu a uma breve descrição daquele ponto evidenciando o plano de acção da Autarquia para o ano 2013, tendo por base a documentação apresentada naquela sessão. Aproveitou aquele momento para referir que o ano de 2013 seria marcado pela forte contenção de despesas e racionalização de recursos e meios. Mais disse que o valor orçamentado para 2013 seria de 14.290.196,00 €o que representava uma redução de 25,5 % em relação ao ano de 2012, sendo que 67,49% do valor orçamentado seria proveniente de receita corrente e, de 32,51% por receita de capital.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra, começou por criticar os tempos de intervenção dos membros daquela assembleia, alegando que os mesmos se tinham vindo a alongar, facto aquele que provocava o aumento do tempo de duração das sessões. Elogiou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que foi bastante interessante pese embora, existissem alguns pontos, que considerou merecer alguma crítica, nomeadamente no que à Câmara Municipal dizia respeito. Mais disse que a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autarquia não seria uma empresa, cabendo-lhe outros papéis, como sendo o de promover o empreendedorismo, o desenvolvimento da comunidade, considerando que aquela deve estar ao serviço do concelho de Mira em primeira lugar. Continuando e fazendo referência ao orçamento, disse que não estavam contemplados os planos de desenvolvimento económico e cultural ou de promoção dos valores da tradição económica. Disse não conseguir perceber, através do orçamento e planos apresentados, se o concelho de Mira iria ser um concelho turístico, se rural ou industrial, alegando que naqueles documentos, não existia uma palavra que fizesse referência a tais assuntos. Prosseguindo, disse também não haver políticas em relação à questão das acessibilidades à economia, acessibilidades à produção mas também às acessibilidades físicas, justificando que as barreiras no concelho de Mira ainda não terminaram, facto aquele que o entristecia. Disse também, que aquelas políticas de empreendedorismo, promovidas pelo Município de Mira, não poderiam ser desenvolvidas unicamente por uma entidade, apelando daquela forma a toda a população do concelho, nomeadamente as associações e colectividades, a participar nos projectos e iniciativas do Município, devendo a Autarquia sensibilizá-los para tais práticas. Mais disse ser aquele o caminho certo, para aproximar as colectividades da política. Referiu ainda os contratos programa de desenvolvimento local, de animação comunitária, de animação social e económica, que considerou serem essenciais para o desenvolvimento do concelho. Aludindo ao Mercado Municipal de Mira, questionou o Executivo no sentido de saber que equipamento teria o concelho de Mira, naquela área económica, uma vez que a feira de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira, instalada no mesmo local, nem sequer instalações sanitárias possuía, frisando que o anterior Executivo do PSD teria demolido parcialmente o Mercado e passado aqueles anos todos, o actual Executivo ainda não teria tomada nenhuma decisão sobre aquela matéria. Mais disse que o ano 2013 seria ano de eleições autárquicas, considerando ser uma boa altura para fazer e apresentar obra à oposição, que tanto criticou as acções do Executivo ao longo do mandato.-----

-----Continuando fez referência à forma como aquele orçamento e plano estavam estruturados, alegando que os mesmos careciam de um quadro comparativo com anos anteriores, apesar do valor orçamentado, ter descido em relação ao ano transato. Quis daquela forma dizer que, o Executivo deveria ter ido mais longe, deveria ser sido mais ambicioso, quer em intenções, quer em projectos de desenvolvimento para o concelho.--

-----**José Frade (PSD)**, no uso da palavra dirigiu a sua intervenção para o orçamento e opções do plano apresentados naquela Assembleia, alegando que seriam os últimos documentos apresentados daquele mandato e talvez daquele Executivo. Referiu que, efectuando uma análise política daquele Executivo, tinha-se constatado uma vez mais, falta de respeito institucional e democrático por parte do Executivo em relação à oposição. Prosseguindo alegou que a legislação em vigor, não permitia qualquer tipo de alteração da proposta vinda do Executivo, pelo que considerou tal facto, uma autêntica “aberração” disse. Mais disse que, o Executivo consciente daquela situação, teria violado uma vez mais, o cumprimento do estatuto da oposição, não tendo procedido a qualquer tipo de audição ou pedido de apresentação de propostas ou sugestões dos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

membros daquela Assembleia, para a realização daquele orçamento, pese embora, tal prática, já venha sendo habitual.-----

-----Continuando, disse que em primeiro plano, se deveriam colocar os interesses universais de todos os Municípios em “detrimento de umas atitudes meramente de oportunidade cíclica ou descontextualizada do momento”, alegando que o Executivo, em sede de Assembleia Municipal, solicitava ao Grupo Municipal do PSD, que votasse favoravelmente um documento, sem que para tal tivesse sido ouvido ou apresentasse alguma proposta naquele sentido. Mais disse que as propostas ali apresentadas pelo Executivo, poderiam eventualmente ser as mesmas, do Grupo Municipal do Partido Socialista, em virtude daquele grupo nunca ter contestado a apresentação dos orçamentos, votando sempre favoravelmente, supondo que, talvez tivesse tido conhecimento *à priori* da documentação ali apresentada, comentou. Contrapondo disse que tal facto, não lhe parecia que tivesse acontecido.-----

-----Prosseguindo referiu as sucessivas vitimizações de que se queixava o Executivo, em relação ao poder central, local e oposição, candidaturas, etc,-----

-----Disse que ao longo de 3 anos, o Grupo Municipal do PSD teria razão ao dizer que aquele orçamento reflectia a posição irrealista dos anteriores, classificando-os de super inflacionados, desprovidos de acções necessárias para o bem estar social, económico e político, empreendedorismo etc. sendo portanto uma desilusão para o Grupo Municipal do PSD, comentou. Prosseguindo na análise do orçamento, referiu que em determinado ponto, fazia-se referência aos compromissos com o povo de Mira, que supostamente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seriam para cumprir, questionando José Frade, para quando seriam concretizados, já que não se destinariam para fins eleitoralistas.-----

----Continuando enumerou alguns pontos do orçamento, como a acção social, que registou um decréscimo na despesa 75.400,00 € protecção civil aumento de aproximadamente 100.000,00 € na despesa, considerando a fundamentação daqueles valores muito “sui generis e elucidativa”.-----

-----Relativamente ao saneamento e salubridade, a registar um decréscimo de 1,100,000.00 € Quanto às funções sociais, designadamente a Cultura, registou-se um decréscimo de 253.000,00 € Funções económicas, turismo, conclui que praticamente não haveria investimento naquela área, uma vez que se registou um decréscimo 3.500.000,00 €-----

-----Quanto à receita de capital, havia a registar uma diminuição de 5.000.000,00 € no capítulo IFDR, de harmonia com a apresentação do relatório do Sr. Presidente pelo que questionou se aquele valor já teria sido concretizado.-----

-----No que dizia respeito ao OGE para 2013, este definia uma série de regras e compromissos, que no seu entender foram publicitados tardiamente, tendo questionado o Executivo, se aquelas novas regras inseridas no OGE, nomeadamente no capítulo “dívidas a fornecedores”, estariam ou não contempladas naquele projecto de orçamento.-----

-----Relativamente à actividade estratégica do Município, que em alguns pontos considerou ser chocante, questionou o Executivo no sentido de saber que obras estariam



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em curso e que motivariam a execução daquele orçamento municipal.-----

-----Quanto à área social, área de que tanto se tinha falado, constatou um decréscimo de 50%, questionando o Executivo se aquele valor estaria dentro dos parâmetros das necessidades.-----

-----No que dizia respeito a transportes e comunicações, disse que não existia nenhuma palavra, nenhum melhoramento, tal como já tinha referido anteriormente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, resumindo-se a intervenção do Município, apenas na conservação e limpeza de alguns caminhos agrícolas.-----

-----Relativamente ao turismo, disse que a ação do Executivo baseava-se apenas no improvisado, faltando-lhe ações concretas e iniciativas, promoção e melhoramentos de infraestruturas, também praticamente não havia nenhuma ação relevante, considerando que se estava a dar continuidade ao plano, seguido dos anos anteriores.-----

-----No que dizia respeito ao Parque Municipal de Campismo e, considerando o relatório do Presidente da Câmara, no qual aludia para projectos de bar, supermercados, restaurante, disse esperar que em 2013, houvesse alguma novidade naquela área.-----

-----Continuando na análise do relatório, fez referência a falta de especificação da rubrica “outros” facto aquele que o preocupava, como era o caso dos empréstimo de médio e longo prazo, com um valor descrito de 96.000,00 € “classificação 101”, outros 180.000,00 € Continuando, citou mais rubricas do relatório tais como “classificação 103”, outros serviços 80.000,00 € em 300.000,00 € aos quais foi acrescentando outros exemplos, como aquisição de serviços na “classificação 202” no montante de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.500.000,00 € 2.200.000,00 € correspondiam a “outros” sem classificação e sem verificação, servindo apenas de números, no seu entender.-----

-----Relativamente aos subsídios a atribuir às Juntas de Freguesia, cujo montante previsto, atingiria o valor de 60.000,00 € disse que aquele montante, nem sequer teria sido concedido ao abrigo de qualquer protocolo e talvez nem teria sido gasto, facto aquele que considerou preocupante.-----

-----No que dizia respeito ao mapa de pessoal da Autarquia, disse que a bancada do Grupo Municipal do PSD, não iria fazer qualquer comentário, dada a falta de recursos humanos com que se debatia, e considerando a actual conjuntura económica, esperaria que os 21 lugares vagos naquele mapa, fossem devidamente equacionados e ponderados, no sentido de uma gestão eficaz.-----

-----Concluindo, disse que aquele orçamento representava a posição do Executivo, as suas opções mas não representaria a posição do grupo do PSD nem as suas opções.-----

-----**Carlos Nora (PS)**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e desejando que o ano de 2013 fosse bem melhor que as previsões do Governo.-----

-----Quanto à intervenção anterior, de José Frade, disse discordar com a análise efectuada ao orçamento apresentado, uma vez que em tempos de crise económica e com as imposições da *troika*, aquele seria o orçamento possível.-----

-----No que dizia respeito à intervenção de José Garrucho, no qual referia que, o orçamento seria marcado por um decréscimo de 25,5% alegando que não seria



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativo. Contrapondo aquela posição, disse que na realidade seria significativo, uma vez que representava um decréscimo na despesa, de aproximadamente 5.000.000,00 € comentou.-----

-----Mais disse, que aquele orçamento não apostaria em grandes obras, como seria espectável, tendo em consideração a redução de verbas a atribuir pelo Governo e outras provenientes de Fundos Comunitários, limitando-se o Executivo a velar pela conservação e manutenção das existentes. Continuando enumerou algumas pequenas obras previstas, tais como a construção de balneários no Estádio Municipal, a aplicação do novo piso e cobertura no Pavilhão, conclusão do Campo de Tiro, entre outras, obras aquelas que quando concluídas, representariam uma mais-valia para o concelho.-----

-----Ainda sobre o orçamento, abordou a situação da Zona Industrial de Mira, Polo II com a previsão de trabalhos de ampliação. Referiu também a atribuição de um subsídio de aproximadamente 35.000,00 € aos Bombeiros Voluntários de Mira, para aquisição de uma viatura de combate a incêndios, que seria entregue brevemente, facto aquele que honraria todos os que contribuíram para a compra daquele equipamento.-----

-----Relativamente à taxa sobre consumo de água, manifestou o seu agrado pelo facto de que os preços não iriam sofrer aumentos, o que seria bom para a população.-----

-----Quanto aos apoios sociais, disse que registava-se uma redução na ordem dos 50% no apoio pré-escolar e um aumento dos apoios às coletividades, situação aquela que deveria ser acautelada no seu entender.-----

-----**O Presidente da Câmara**, no uso da palavra e respondendo à intervenção de José



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Garrucho, disse que estaria perfeitamente identificado com as suas palavras, mas na realidade, as diferenças não seriam tão nítidas como descrevera, quando aquele se referia aos valores das tradições e desenvolvimento económico, que não estariam contempladas no plano de actividades e orçamento. No entanto disse que o Executivo estaria sempre ao lado dos Municípes e das coletividades, sempre que fosse necessário e não para mero aproveitamento político. No que dizia respeito, ao facto de José Garrucho ter dito que, o concelho de Mira não teria identidade, questionando se seria agrícola, turístico ou industrial, Reigota respondeu que Mira era um concelho multidisciplinar, composto por um pouco de todas as actividades económicas, não compreendendo os motivos de tal interpretação.-----

-----Continuando e respondendo à intervenção de José Frade, disse que não estaria de acordo, o que seria normal, dado o “negrum” das suas palavras. Mais disse que o discurso de José Frade, não poderia ser aproveitado nem se enquadrava naquele orçamento.-----

-----Respondendo à intervenção de Carlos Nora disse concordar, quando aquele afirmou que, o orçamento proposto pelo Executivo para 2013 não iria apostar em grandes obras. Mais disse que o Executivo iria apostar, nas pessoas, nas colectividades, nos valores, na identidade própria do povo de Mira aos níveis sociais, desportivo e comunitário.-----

-----Referindo-se ao subsídio concedido aos Bombeiros Voluntários de Mira, para participação na aquisição de uma viatura de combate a incêndios, disse que aquela



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instituição já dera provas mais que suficientes de trabalho, de imagem, dedicação e empenho.-----

-----Finalizando, disse que iria conceder a palavra ao Vereador Miguel Grego, para concluir a intervenção do Executivo.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, no uso da palavra e em resposta à intervenção de José Garrucho, quando aquele propôs algumas sugestões ao Executivo, que poderiam ser utilizadas na próxima campanha eleitoral para “vingar-se na oposição”, o Vereador respondeu dizendo que, “desde que não castigasse as populações”. Mais disse que o objectivo daquele orçamento, seria manter as contas equilibradas, não envolvendo o Município em mais despesas.-----

-----Referindo-se a intervenções anteriores, disse o decréscimo da despesa, no orçamento para 2013, não seria de 25% mas de 45%, caso os 3.500.000,00 € tivessem entrado atempadamente como estaria previsto, servindo aquele valor para efectuar pagamentos em atraso. Mais disse que, nos termos da lei de assunção de compromissos, não poderia existir despesa superior à receita, bem como, não seria honesto o Executivo, enganar os Mirenses “manipulando as contas” e seguindo outros caminhos, que não a verdade dos factos.-----

-----No que dizia respeito à questão das acessibilidades, pese embora tal assunto já tivesse sido debatido na sessão anterior, disse que no concelho de Mira, ainda não tinham sido implementadas aquelas medidas em virtude da não existência de cabimentação orçamental, salientando que em primeiro lugar deveria ser elaborado um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

plano e só depois executá-lo e não o inverso, frisando também o facto da legislação estar a ser objecto de sucessivas alterações.-----

-----Quanto à questão do empreendedorismo, disse que não era com base “em incubadoras avulso” que se resolvia aquela situação. Lembrou que o Executivo seria defensor de projectos de iniciativa privada, tendo por base a igualdade em todos os Municípios.-----

-----Relativamente ao movimento associativo, abordado por José Garrucho, disse que haveria um grave problema com aquele movimento, devido ao facto da legislação em vigor responsabilizar fortemente os dirigentes, sendo as associações enquadradas no mesmo regime jurídico que as empresas.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, novamente no uso da palavra, disse que o futuro do concelho de Mira, precisaria de ser repensado, no que aludia ao movimento associativo, apesar da regulamentação trazer alguns constrangimentos, o que, no seu entender não deveria constituir motivo, para a não continuidade daquele movimento. Mais disse que, no concelho de Mira e em Portugal, havia um grande *deficit* de generosidade social, alegando que os cidadãos, estariam constantemente a exigir da sociedade e nunca lhe dariam nada como contrapartida, quando fosse necessário. Continuando disse que o distanciamento entre políticos e a sociedade civil deveria deixar de existir, por forma a permitir a participação de todos, elevando as potencialidades do concelho, cabendo ao Executivo um papel fundamental no campo da promoção e do desenvolvimento.-----

-----**Fernanda Batista (PS)**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção dizendo que a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bancada do PS, não seria composta por uma “cambada de doidos, malucos ou burros” mas sim, por pessoas que trabalham e que antes da realização das sessões, analisavam bem os assuntos a serem debatidos. Mais disse, que as decisões seriam tomadas naquela assembleia, não compreendendo a posição da bancada do PSD, segundo a qual afirmaria que o PS diria “sim a tudo” proveniente do Executivo. Aliás seria a atitude mais sensata, sempre que existisse confiança no Executivo, comentou.-----

-----Referindo-se à intervenção de José Garrucho, quando aquele se referira ao acto solidário de “dar”, disse que “a carapuça a mim não me serve” numa clara alusão aos comentários proferidos anteriormente, alegando que esteve nove anos à frente duma instituição de solidariedade social, tendo adquirido experiência *quanto baste*, para falar sobre aquele assunto. Mais disse que, naquele momento, seria membro efectivo da Cruz Vermelha Portuguesa, estando sempre pronta a dar o seu contributo, para ajudar os mais carenciados e que, sempre que possível, iria visitá-los levando-lhes algum tipo de conforto. Aproveitou aquele momento solene, para apelar a todos os presentes, que dessem o seu contributo pessoal, no sentido de ajudar os que mais precisavam. Finalizou, desejando a todos um ano novo, cheio de felicidades.-----

----- **O Presidente da Câmara**, no uso da palavra aproveitou o momento para tecer alguns comentários às intervenções de alguns deputados, expressando a sua concordância relativamente aos valores de Mira, do seu povo e à região gandraesa em geral.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Vereador Miguel Grego**, usando da palavra e respondendo a questões levantadas anteriormente, relativamente às Opções do Plano para 2013, procedeu a um breve explicação, tendo por objectivo uma melhor compreensão daquele ponto.-----

-----**Narciso Patrão (PS)**, usando da palavra e referindo-se às intervenções de alguns deputados municipais ali presentes, tendo por base as explicações e fundamentações do Executivo, através da documentação apresentada, disse que tais intervenções, poderiam ser reveladoras de alguma “má fé”.-----

-----Continuando e fazendo uma avaliação à situação politico-financeira do concelho de Mira e do País, disse que a situação estaria má, mas a culpa era sempre dos governos anteriores, na opinião dos políticos, pois ninguém assumira as suas responsabilidades até aquele momento, situação que no seu entender não seria ética. Deu como exemplo algumas obras, iniciadas no concelho de Mira, que estariam por concluir, outras que nem sequer foram inauguradas, encontrando-se naquele momento em estado de degradação.-----

-----Apelou aos presentes, que em tempo de crise, todos deveriam estar juntos e colaborar, em actividades de interesse, quer públicas quer privadas, valorizando daquele modo as pessoas, o concelho e o País.-----

-----**José Frade (PSD)**, novamente no uso da palavra e referindo-se à intervenção de Narciso Patrão, disse que o respeitava imenso, tendo inclusivamente os dois, participado em actividades conjuntas. No entanto e no exercício do direito de resposta, disse que o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conceito “dogmas” já não existia e que, relativamente à expressão “agir de má fé”, seria algo que Narciso Patrão, com aquela idade, deveria saber fundamentar.-----

-----No que dizia respeito a questões de colaboração, disse que o Grupo Municipal do PSD, nunca teria sido chamado para qualquer tipo de colaboração, nunca teria sido solicitado o seu parecer, opinião para nada, tendo chegado àquela sessão de assembleia, com documentação que nem sequer poderia alterar. Mais disse que, se “agir de má fé”, seria comentar decisões ou colocar alternativas e dizer qual a posição do PSD, então estaria a viver num mundo diferente, do de Narciso Patrão.-----

----- Continuando disse que, se a intervenção do Grupo Municipal do PSD, algum dia pôs em causa opções democráticas do Executivo e sendo ser isso apelidada de agir “de má fé”, achou que seria impensável, alguém pensar daquela forma. Lembrou que em três anos, ele e o grupo municipal do PSD nunca trabalhara de “má fé”, mas sim com números, dados, opções políticas e pessoais, sendo aquele, o modelo adoptado, até ao fim da legislatura. -----

-----**Narciso Patrão (PS)**, na defesa da honra, disse a interpretação de José Frade, estaria errada, pois não teria dito que o PSD teria agido de “má fé”.-----

-----**O Presidente da Mesa**, interveio alegando que o termo “má fé” teria sido mal interpretado, uma vez que e, segundo a sua interpretação, o termo estaria subentendido e não teria sido dirigido ao PSD.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação aquele ponto, tendo-se apurado o seguinte: votos contra: 10 votos (PSD e MAR); votos a favor: 12 votos (PS), abstenções: não houve.-----

----- **Aprovado por maioria.**-----

----- **DECLARAÇÕES DE VOTO.**-----

----- **José Balugas (MAR)**, no uso da palavra, informou que a sua intervenção não se trataria propriamente de uma declaração de voto, mas sim, uma justificação por o grupo do MAR ter votado contra. Disse que todos (ou quase todos) estariam naquela Assembleia, para defender os interesses do concelho, debater ideias, defender aquilo em que acreditavam. Mais disse que, o pior que poderia acontecer naquela assembleia, seria os ataques pessoais em vez de lutas políticas.-----

----- **Albano Lourenço (PSD)**, no uso da palavra, interveio na qualidade Presidente da Junta de Freguesia do Seixo tendo para tal procedido à leitura do documento abaixo mencionado, como a seguir se transcreve:-----

----- “Após reflexão e ponderação, o Executivo da Junta de Freguesia, o qual represento nesta Assembleia, decidiu que teria que manifestar-se contra o presente documento, pelas seguintes razões:-----

----- 1. O documento apresentado não contempla qualquer iniciativa/ obra, para a Freguesia do Seixo, no próximo ano.-----

----- 2. Na ultima reunião entre a JFS e o Executivo Municipal, foi assumido que a CMM iria proceder ao arranjo da Rua Manuel Figueiras e Rua Padre S. Miguel e que os



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

custos relativos a esta obra iriam estar contemplados em orçamento. Para espanto nosso, no documento em questão não existe qualquer valor.-----

----- Independentemente do voto agora apresentado, continuamos disponíveis para trabalhar lado a lado com a CMM em prol do Concelho, nomeadamente na Freguesia do Seixo, porque só assim será possível realizar obra e iniciativas que permitam melhorar um pouco a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Queremos acreditar que apesar do documento agora apresentado não contemplar itens de actuação para a nossa Freguesia, certamente que o Executivo apostará no desenvolvimento e melhoria de algumas condições no Seixo”.-----

----- Paulo Grego (PS), no uso da palavra, procedeu também à leitura de um documento que a seguir se transcreve na íntegra.-----

----- *“As populações são cada vez mais exigentes! Às pessoas interessa apenas ver os seus problemas resolvidos, não interessa saber a quem os compete resolver!-----*

----- *Hoje as atenções dos autarcas têm de estar dirigidas para áreas tão distintas como o apoio social aos mais carenciados e a cultura, o desenvolvimento económico sustentável e a promoção do emprego, o desporto e a saúde, os tempos livres e a proteção civil, a educação e a segurança pública, a defesa do meio ambiente e os transportes, as acessibilidades e a modernização administrativa, etc., etc. -----*

----- *O «Orçamento e Opções do Plano para 2013», demonstra que o executivo continua, com firmeza, a assumir a intenção deliberada de empreender, com empenho e rigor, lançando mais iniciativas, mais projectos, fazendo mais obra, para desenvolver*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de uma forma integrada e sustentada a «nossa Terra», apesar de não se poder esconder que o actual contexto sócio-económico se caracteriza por uma crise atroz e “castradora” de toda a vontade de fazer mais pelas populações. -----

----- O «Orçamento e Opções do Plano para 2013», é, no nosso entender, o reflexo fiel das opções do executivo municipal para o ano de 2013, no contexto do programa de acção sufragado e tendo em vista uma programação cada vez mais plurianual e onde (incompreensivelmente) as “regras do jogo” se vão alterando unilateralmente (por parte do Estado) criando novas dificuldades a uma gestão municipal que se pretende rigorosa mas ágil. -----

----- Neste documento estratégico procurar-se-á evidenciar, de forma clara e objetiva, o que de essencial ressalta das linhas de orientação estratégica definidas para o Concelho e que estão integradas no Plano Territorial de Desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), onde nos inserimos, e que estiveram na base da contratualização celebrado com o Programa + Centro para a gestão dos fundos comunitários do QREN. -----

----- Este «Orçamento e Opções do Plano para 2013», significa a continuação do grande empenho e dedicação ao desenvolvimento efetivo do nosso concelho, isto é, economicamente suportado, socialmente distribuído e ambientalmente saudável, através da realização de ações concretas de iniciativa própria, mas também de parceria, mediante a celebração de protocolos com todos os agentes da comunidade (sociais, culturais, desportivos, recreativos e económicos). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *O planeamento e a programação de atividades, traduzidos na elaboração das «Opções do Plano e do Orçamento», representam não só o cumprimento de um imperativo legal (cumprimento do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.* -----

----- *Como tal a atividade de planeamento não pode ser encarada como um instrumento rígido, estático, mas como uma atividade dinâmica, ajustável e adaptada a uma realidade sempre em mutação.* -----

----- *Neste exercício de planear não podemos ignorar toda a conjuntura económica e financeira imposta pela Lei das Finanças Locais, pelo Orçamento de Estado, pelas medidas restritivas da «Troyka», e pelas medidas de estabilidade e crescimento impostas pelo governo e que vão sendo conhecidas.* -----

----- *O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), está numa fase decisiva de implementação, de renegociação e de redefinição, é um instrumento que tem de ser “aproveitado” e potenciado... é preciso estarmos permanentemente atentos às oportunidade que vão surgindo e estar prontos para de forma ágil poder apresentar candidaturas aos programas que vão ser colocados a concurso!* -----

----- *Sublinhe-se também que, dada a situação económica do País, prevê-se que este seja mais um ano em que as autarquias terão que assumir responsabilidades acrescidas (e que não são competência da Câmara Municipal), que não se podem rejeitar e que*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

têm de ser enfrentadas com a determinação, o rigor e o entusiasmo de sempre, apesar das condições difíceis e pouco favoráveis a grandes investimentos. -----

-----As implicações que decorrem deste contexto, aliadas ao aumento cada vez maior de despesas correntes no âmbito, por exemplo, da ação social e aos gastos com a gestão, conservação e manutenção dos diversos equipamentos existentes, vieram reduzir, de forma significativa, a possibilidade de efetuar novos investimentos. Os aumentos do IVA em bens de utilização corrente (como a eletricidade por exemplo), o aumento de participações sociais para com os colaboradores aliados à diminuição de receitas que advinham por exemplo das licenças de construção ainda tornam o cenário menos otimista.-----

-----A lista de investimentos que consta neste documento é seletiva e, como é desejável que aconteça nesta altura, regista uma forte incidência de projetos que já foram ou estão para ser objeto de candidatura aos programas de financiamento geridos pelo Mais Centro – Programa Operacional Regional (no seio da CCDRC).-----

-----Os municípios, que já vivem com grandes dificuldades, fruto da escassez de recursos financeiros, ainda têm assumido funções supletivas em áreas em que a responsabilidade é do poder central. Muitas destas tarefas não são subsidiadas ou participadas, mas as autarquias assumem-nas em nome do bem-estar dos seus munícipes! -----

-----Mas não podem depois as autarquias ser apelidadas de despesistas por serem o garante da paz social e da equidade de tratamento entre todos, ou por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“comparticiparem” bens de primeira necessidade em prol dos seus munícipes. Por exemplo, com o NÃO AUMENTO das participações das famílias no pagamento da água e dos resíduos ou mesmo das prestações escolares, está a Câmara Municipal e apoiar as famílias que vivem em maiores dificuldades.-----

-----No essencial, mantém-se a orientação estratégica já delineada, uma orientação centrada na implementação de acções e programas que consubstanciam respostas qualificadas aos novos desafios do desenvolvimento local, nomeadamente ao nível do reforço da coesão económica, social e territorial. -----

-----No entanto, e apesar de todos os constrangimentos é preciso manter a dinâmica empreendedora que foi criada, é preciso concretizar as muitas obras que se encontram no terreno e é preciso ultimar os projetos das obras essenciais e estruturantes que serão uma realidade a médio prazo!-----

-----No entanto, não serão, seguramente, os condicionalismos financeiros que nos devem fazer desistir e nos inibir de desenvolver projetos que, na nossa perspetiva e do executivo, são fundamentais para um crescimento mais sustentável e mais humano no nosso concelho. -----

-----Sabemos que o executivo tem coragem, tem determinação, quer o melhor para as nossas populações!” -----

*----- **José Frade (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que a declaração de voto do PSD, estaria implícita na declaração política que fizera na introdução do documento e discussão e que foi lida anteriormente.-----*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **O Presidente da Mesa**, disse que tal declaração deveria ser entregue no final da sessão daquela Assembleia.-----

----- **PONTO CINCO: Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013, nos termos da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o artº. 12º. do D.L. nº. 127/2012, de 21 de junho.**-----

-----**Vereador Miguel Grego**, usando da palavra, procedeu a um breve explicação do ponto, tendo como objecto uma melhor compreensão.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, no uso da palavra, disse que embora tivesse votado contra o orçamento, não teria nada a opor neste ponto, uma vez que se tratava de um acto de gestão do Executivo.-----

-----**José Frade (PSD)**, no uso da palavra, disse que se estava perante o cumprimento de legislação em vigor, lembrando que o grupo municipal do PSD, estaria disponível para colaborar com o Executivo, em todas as matérias de interesse para o concelho, desde que para tal seja solicitado atempadamente. Mais disse que o grupo municipal do PSD iria abster-se.-----

-----**Vereador Miguel Grego**, usando da palavra, aproveitou o momento para efectuar mais um breve explicação do ponto, uma vez que lhe pareceu existirem algumas dúvidas na interpretação, tendo para tal completado com alguns exemplos.-----

-----**O Presidente da Mesa**, colocou à votação aquele ponto, tendo-se obtido os seguintes resultados: votos contra: zero votos, votos a favor: 12 votos (PS), abstenções:



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10 votos (PSD e MAR).-----

-----Aprovado por maioria.-----

-----**O Presidente da Mesa**, submeteu à aprovação da acta em minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Seguidamente foi concedida audição ao público presente.-----

-----**Sr. Orlando**, residente em Carromeu, fez a sua intervenção relacionada com o estado dos passeios pedonais, situados em frente à sua habitação, uma vez que foram desfeitos aquando da construção do saneamento básico. Mais disse que teria contactado a Autarquia naquela altura, tendo sido informado, que a situação seria resolvida no prazo aproximado de 3 meses. Questionou daquela forma o Executivo, para quando estaria prevista a reposição dos passeios, uma vez que já teriam passado 3 anos.-----

-----**José Garrucho (MAR)**, interveio e tendo em consideração a intervenção daquele munícipe, disse seria sempre bem-vinda a presença de pessoas em sessões de Assembleia. Mais disse que, a autarquia teria alguma responsabilidade naquela matéria e que todos deveriam estar envolvidos na resolução de problemas.-----

-----Finalizou desejando a todos que o ano de 2013, tal como foi anunciado, ser um ano de desafios e dificuldades, fosse repleto de felicidades e sucesso.-----

-----**José Frade (PSD)**, novamente no uso da palavra e reforçando a intervenção de José Garrucho, disse que o ano de 2013 deveria ser um ano em que os interesses do concelho de Mira, deveriam estar sempre em primeiro lugar, tanto a nível político, como partidário ou de interesses. Mais disse que o ano seguinte, de acordo com as previsões,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria um ano de grandes dificuldades a todos os níveis e que os três anos passados em reuniões daquela Assembleia, servissem para que os deputados municipais, não viessem para o exterior distorcer assuntos ou realidades que naquela assembleia não se passaram. Para finalizar apelou ao envolvimento de todos os mirenses na vida activa do concelho e desejou a todos um 2013 cheio de felicidades e saúde.-----

----- **O 1º Secretario da Mesa**, no uso da palavra aproveitou o momento para efectuar uma curta reflexão sobre os tempos difíceis que se aproximariam, apelando a todos para o espírito de iniciativa, criatividade e empreendedorismo, principalmente dos jovens, que estariam para ingressar no mercado de trabalho.-----

----- **O Presidente da Câmara**, usando da palavra, aproveitou a oportunidade para efectuar um breve resumo daquilo que de relevante se tinha passado naquela sessão de Assembleia e desejar a todos os presentes um bom ano novo.-----

----- **O Presidente da Mesa**, no uso da palavra, fez também um breve intervenção, tendo como objecto o ano que se aproximaria bem como as dificuldades que possivelmente o mesmo iria trazer. Durante a sua alocução, apelou aos presentes para as questões relacionadas com a saúde o bem-estar social, económico bem como a compaixão de todos, que em tempos de crise, devia ser mais evidente e os corações das pessoas, fossem repletos de generosidade. Traçou também um breve quadro das políticas dos Governos e das dificuldades que estariam a impor aos Portugueses, laçando o País na pobreza e na recessão.-----

----- **ENCERRAMENTO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e trinta minutos, e da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações, foram todas tomadas, conforme se refere no texto e, aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Dr.)

O 1.º Secretário,

(Calisto de Oliveira Coquim)

O 2.º Secretário,

(Sara Raquel dos Santos Fresco)